



Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana

FUNDAMENTOS MARXISTAS PARA EXPLICITAR A CONTRADIÇÃO DE CLASSES NO ESPAÇO URBANO”: ALGUMAS MEDIAÇÕES VÁLIDAS DO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO

SÂMIA SUYANE CUNHA COELHO¹
PERCI COELHO DE SOUZA²

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão teórica essencial para o enquadramento de uma perspectiva crítica sobre o espaço urbano. Procura resgatar a potencialidade dos fundamentos marxistas para explicitar a contradição contida no processo de urbanização capitalista. Ordena seu método expositivo da pesquisa revisitando os legados de três momentos: 1) Marx e Engels como da gênese dos fundamentos clássicos, 2) Lefebvre, Lojkine. Desdobramentos no debate neomarxista francês. Em conclusão o artigo propõe a vitalidade dessa tradição crítica para ainda hoje elucidar a problemática urbana no contexto da crise estrutural do capital..

Palavras-chave: Marxismo; Questão Urbana; Política Urbana; Espaço Urbano.

Abstract: This article proposes an essential theoretical reflection for the framing of a critical perspective on urban space. It seeks to rescue the potential of Marxist foundations to make explicit the contradiction contained in the process of capitalist urbanization. He orders his expository method of research revisiting the legacies of three moments: 1) Marx and Engels as of the genesis of the classical foundations, 2) Lefebvre, Lojkine. Developments in the French neo-Marxist debate. In conclusion, the article proposes the vitality of this critical tradition to still elucidate the urban problematic in the context of the structural crisis of capital..

Keywords: Marxism; Urban Issues; Urban Politics; Urban Space .

INTRODUÇÃO

A questão urbana é indissociável à lógica da rentabilidade do capital. A teoria que primeiro desvendou essa realidade foi a marxista. Por meio desse fundamento crítico as ciências sociais puderam pela primeira vez relacionar como o capital se apropria do mais-valor produzido pela classe trabalhadora no espaço urbano.

Com o agravamento da crise estrutural do capital que degrada os direitos sócias numa velocidade nunca vista ainda mais se faz necessário adentrar sobre essa crítica contundente à forma como o capital, além de explorar a força de trabalho expropria sua condição de ser social urbano a partir da espoliação

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade de Brasília.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade de Brasília.

urbana por meio da violência contra o direito à cidade de camadas cada vez maiores da classe trabalhadora.

Quanto mais as cidades crescem mais expropriadas essas classes são da condição cidadina. O problema, neste caso, se coloca em como desvendar esse processo sem cair no fetichismo teórico burguês que tende a desconsiderar essa teoria como essencial para entender o processo de degradação social urbana.

O presente artigo se coloca na contramão das tendências explicativas que tratam das políticas urbanas dissociadas da tríade inerente ao modo capitalista de produção entre Estado-capital-trabalho. Ao contrário, o que se propõe aqui é demonstrar a validade ainda mais pertinente da original e seminal crítica marxista iniciada ainda no século XIX para entender como a radicalização da crise social nas cidades contemporâneas não podem prescindir da atualização da perspectiva de totalidade crítica marxista para entender o processo de segregação socioespacial cada vez mais evidentes na vida urbana.

Apresenta-se aqui a atualidade da potência teórica marxista para explicitar a contradição contida no processo de urbanização capitalista como contributo crítico válido para interpretação da questão urbana e da política urbana hoje. Essa mediação teórica é também conhecida como questão urbana. Ou seja, visou-se responder a seguinte pergunta: o que distingue o marxismo no trato da problemática urbana? Como resposta considera-se que é uma teoria, que por possuir um método histórico-estrutural de análise sobre o processo de urbanização capitalista, foi capaz de desenvolver um conjunto de mediações indispensáveis para desvendar a essência das relações sociais responsáveis pela produção/reprodução do capital no espaço urbano. Para tanto, foi necessário o ordenamento teórico baseado em uma revisão de literatura entre diferentes intérpretes dentro desse pensamento marxista. As mediações teóricas desse legado foram baseadas nos autores citados mais a frente, respeitando a data de publicação das obras³, ou seja, do clássico ao

³ A situação da classe operária na Inglaterra (1845), O Manifesto Comunista (1848), O Capital (1967 sendo que o Livro III que trata da renda da terra não foi publicado por Marx em vida, mas sim por Engels em 1894. A Questão da Habitação (1988). No recorte da 1ª geração foi apresentado e discutido as contribuições de Lefebvre contidas em: “O direito à cidade”(2001 [1986]), “A cidade do Capital” (2001 [?])”A revolução urbana” (1991). No recorte da 2ª geração considerou-se as contribuições de M. Castells “A questão Urbana” (1983) e LOJKINE, Jean “O

contemporâneo. Vale lembrar que não houve aqui a pretensão em evidenciar debates, nem as diferentes tendências, sejam internas ou externas, para entender as mediações teóricas dessa vertente. Para tanto, o debate começou por (1) Marx e Engels (representantes do pensamento clássico marxista) passando pelos fundadores de (2) 1ª geração do pensamento neomarxismo europeu para a nova sociologia urbana com destaque para França (Lefebvre) e (3) terminando com os leitores de 2ª geração (M. Castells e Lojkin). Por fim, consideraram-se o debate dessa vertente marxista interpretados por autores brasileiros como Raut Ramos e Souza. Cumpre destacar que houve o apoio da contribuição de outros autores, tendo em vista a relevância das categorias originadas no debate crítico trazidas pelos autores principais anteriormente citados.

1 – O Estado e a produção do espaço urbano como produto e produtivo ao capital: um esforço de sucessivas aproximações

As mediações essenciais no exercício incessante de interpretar a questão urbana numa perspectiva crítica a fim de capturar a essência dos fenômenos surgem no século XIX por Marx e Engels e se desenvolvem com mais refinamento no século XX, sendo reproblemáticas e reatualizadas no século XXI.

As mediações elaboradas por esses autores rompem com as visões anteriores que ficavam apenas no aparente, além de serem as únicas capazes de revelar os limites e possibilidades da política urbana, visto que considera o caráter histórico e as determinações do sistema capitalista.

Esse foi o contributo capaz de gerar, em meados do século passado, uma reviravolta da orientação teórica (ou uma ultrapassagem teórica) sobre a interpretação da cidade e o processo de urbanização.

Esse processo de ultrapassagem teórica se deu na Europa, sobretudo na França, e tomou a forma de um questionamento sobre o saber hegemônico

Estado capitalista e a questão urbana(1997)". Por fim, no recorte dos intérpretes brasileiros foram abordadas as obras "Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002", ICASURIAGA "Intervenções urbanas e efeitos sociais: alguns questionamentos à política de regularização fundiária e habitacional (2008)" E Souza "Uma Crítica Francesa ao Espaço Urbano" (2005).

explicativo da época que era ahistórico e/ou acrítico em relação à manifestação no território da relação capital/trabalho, e que por assim ser, não ultrapassava a superficialidade do fenômeno urbano, limitando-se a análises rasas presas ao aparente. Esse processo de renovação da produção teórica sobre o urbano ficou conhecida como a “nova sociologia urbana”, por contrapor-se à produção teórica da escola de Chicago. Esses novos estudos trouxeram à tona um problema que a Escola de Chicago não tratou: como se manifestam os problemas de segregação socioespacial impulsionados pela lógica interna do capital?

Souza (2005), sobre essa “polêmica teórica”, aponta em sua obra “Uma crítica francesa do espaço urbano” um recorte do itinerário acadêmico de alguns dos seus principais intérpretes com o intuito de discutir seus pontos de convergência e divergência em relação aos fundamentos marxistas:

Esses autores lançaram as primeiras luzes (ainda na passagem da primeira para a segunda metade do século passado) sobre a lógica do capital na sua ambição de abstrair novos sentidos espaciais da moderna urbanidade. Tais abordagens são imprescindíveis para uma perspectiva de análise crítica, competente e não fetichizada, do espaço urbano (SOUZA, 2005, p. 50).

Também no esforço de seguir um itinerário das contribuições pertinentes e elucidativas sobre a questão urbana o presente trabalho, como já apontado anteriormente, seguiu um método cronológico de exposição que será desenvolvido nas próximas sessões:

1.1 O legado de Marx e Engels para o debate da questão urbana: um contributo transformador e incessante

Para Marx e Engels a cidade não é concebida como um objeto particular de análise, mas como uma dimensão presente, real e objetiva no processo de gênese, consolidação e desenvolvimento da sociedade burguesa. Nessa perspectiva, a crítica do capitalismo é o caminho que guia a necessidade histórica de sua superação. E essa crítica é baseada nos pilares sobre os quais se ergue: a perspectiva da revolução, o método dialético e a teoria do valor trabalho.

Além desse pilar de sustentação imprescindível, Marx toca no ponto crucial da desigualdade social no urbano que é a origem da propriedade privada. Tais elaborações foram organizadas com base nos seus rascunhos “Grundrisse (2011)” onde ele associa a transição da propriedade coletiva para a propriedade privada, formas que antecederam a produção capitalista (MARX, 2011, p. 388-423) como produto histórico, ao surgimento da possibilidade de apropriação privada do excedente (com o desenvolvimento das forças produtivas materiais) através da exploração do trabalho alheio:

[...] Nas diversas formas em que o trabalho se relaciona com suas condições de produção como sua propriedade, a reprodução do trabalhador não é posta de modo algum por mero trabalho, mas o pressuposto de seu trabalho. Na propriedade fundiária isso é evidente; no sistema corporativo também tem de ficar claro que o tipo particular de propriedade constituída pelo trabalho não se baseia sobre o mero trabalho ou troca de trabalho, mas sobre uma conexão objetiva do trabalhador com uma comunidade e com condições dadas que ele encontra, e das quais parte como sua base. Elas são igualmente produto de um trabalho, do trabalho da história universal; do trabalho da comunidade – de seu desenvolvimento histórico, que não parte do trabalho dos indivíduos singulares nem da troca de seus trabalhos. [...] Uma situação em que simplesmente seja trocado trabalho por trabalho – seja na forma viva imediata, seja na forma de produto – supõe a dissociação do trabalhador de seu vínculo originário com suas condições objetivas, motivo pelo qual, por um lado, o trabalho aparece como mero trabalho, e, por outro, seu produto, como trabalho objetivado, ganha diante dele uma existência completamente autônoma como valor. A troca de trabalho por trabalho aparentemente, a condição da propriedade do trabalhador funda na ausência de propriedade do trabalhador como base do trabalho (MARX, 2011, p. 424-425).

Associado a essa concepção da propriedade privada como a raiz da desigualdade no urbano, os autores proporcionam à luz do método do desvendamento da subordinação do campo à cidade. Essa subordinação, segundo Marx e Engels (2007), possui uma importância histórica imperiosa para o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, o urbano submeteu e submete o campo com o objetivo de garantir a necessidade da burguesia no processo de concentração da propriedade e dos meios de produção, aspectos fundantes do novo modo de produção que estava alvorecendo.

Nas palavras de Marx e Engels (2007): “A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a

população das cidades em relação à dos campos [...]” e, na sequência: “A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. (MARX; ENGELS, 2007: 44). É seguramente este cenário que Marx tinha em mente ao afirmar que “a miséria é para os proprietários de imóveis uma fonte mais abundante do que as minas de Potosí jamais o foram para a Espanha”. (MARX, 2008, p. 1025).

Marx (2006) evidencia, ainda, que a principal forma de operar essa divisão era separando os camponeses do acesso à terra aliado a tarefa de disciplinar os produtores às novas relações de trabalho:

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta – esse proletariado sem direitos – não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos, por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa Ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI, uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam. (MARX, 2006, p. 848)

Marx (2006) cita exemplos dessa “legislação sanguinária contra os expropriados” que objetivava discipliná-los e rebaixar seus salários num tempo em que os “direitos” da classe trabalhadora não existiam, pois se tratava da própria necessidade de implantação do capital. Esse processo chamado de “acumulação primitiva”⁴ Apesar de ser fundamental no início de todo o processo de assalariamento, é um processo constante que é inerente ao modo

⁴ A ideia em Marx da “acumulação primitiva” está associada à categoria “Modo de Produção” contida no livro I de O Capital no momento em que desenvolve seus argumentos sobre como o capitalismo se impõem historicamente diante do modo de produção que foi o feudalismo. Para Marx a acumulação primitiva se deu no momento em que as relações de produção pré-capitalista (predominantemente agrícolas) são radicalmente alteradas por um processo de “esbulhamento” dos camponeses de sua posse dos meios de produção (terra) tornando-os fonte de trabalho assalariado. Confira em BOTTOMORE (1988)

de produção capitalista e que continua em pleno desenvolvimento nesse tempo histórico.

Engels (1988) também adensa o debate ao afirmar que a dinâmica capitalista conduz à formação dos centros urbanos. Esses centros, segundo o autor, criam e mantêm as mais diversas expressões da questão social oriundas do conflito capital x trabalho. Para tanto, o autor argumenta que “a questão habitacional só pode ser resolvida a partir da superação da oposição entre cidade e campo, que é levada ao extremo na sociedade capitalista” (ENGELS, 1988, p.29).

Engels (1988) já partia de abstrações para criticar a o debate habitacional que acontecia no seu tempo, no qual argumentava que a solução da questão habitacional está intimamente relacionada à superação do conflito capital x trabalho “Querer resolver a questão da habitação e, ao mesmo tempo, manter as grandes cidades modernas é um contrassenso. As grandes cidades modernas só serão eliminadas, porém, com a abolição do modo de produção capitalista”. (ENGELS, 1988, p. 29).

Nesse processo de dinamismo da produção capitalista no urbano, Engels (2008) discute o processo de transformação do espaço impulsionado pela nova indústria, a qual centraliza os capitais e a produção, ou seja, a indústria concentrou na mão de poucos a riqueza social.

Como consequência desse processo de transformação na organização e divisão do trabalho, destaca-se a criação de grandes concentrações urbanas. “O grande estabelecimento industrial demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa mesma edificação; eles devem morar próximos e juntos – e, por isso, onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila” (ENGELS, 2008, p. 64).

Nesse compasso crescente, com o surgimento de grandes cidades, “a centralização da propriedade atingiu o mais alto grau. (...) Nelas só existe uma classe rica e uma classe pobre, desaparecendo dia a dia a pequena burguesia” (ENGELS, 2008, p. 65).

Observando a realidade das cidades inglesas, Engels (2008, p. 70) afirma que nesses grandes centros podem ser encontrados “bairros de má fama”, onde estão concentrados os trabalhadores. Segundo ele, é designada para essa

classe “uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinho” (ENGELS, 2008, p. 70).

Engels analisa de forma bastante crítica à situação da classe trabalhadora no seu tempo denunciando a precariedade dos bairros desorganizados e carentes de intervenções estatais. Esses lugares têm “as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular” (ENGELS, 2008, p. 70). Nesses bairros, ainda, “as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgoto ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos” (ENGELS, 2008, p. 70).

Suas casas estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o interior das casas é miserável: chega-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis (ENGELS, 2008, p. 115).

Nesse sentido, com base em Engels (2008), em síntese, pode-se afirmar que:

As grandes cidades são habitadas principalmente por operários, já que, na melhor das hipóteses, há um burguês para dois, muitas vezes três e, em alguns lugares, quatro operários; esses operários nada possuem e vivem de seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana (ENGELS, 2008, p. 115).

O pensamento originado em Marx e Engels, mesmo em seu tempo e inconclusivos, propuseram quanto ao urbano a base crítica sob a qual autores do século XX, considerados os fundadores da 1ª geração do neomarxismo francês, continuassem a elaborar as mediações necessárias para a ultrapassagem fenomênica da questão urbana que insistia em permanecer. Para tanto, será discutido as contribuições de Henri Lefebvre.

1.2 O caminho percorrido por Henri Lefebvre integrante da 1ª geração do pensamento neomarxista francês: algumas notas sobre a continuidade do esforço permanente de sucessivas aproximações

Lefebvre (2001, p. 46), no clássico livro *O direito à cidade*, afirma que a cidade é construída por relações sociais, ao passo que produz novas relações; é “uma mediação entre as mediações”. Nesse sentido, as relações sociais se criam e

se desenvolvem historicamente definindo a configuração do espaço e sendo por ele determinado reciprocamente.

Para ele, a cidade é ainda um cenário decorado pelo conflito de classes e pela desigualdade social. É um espaço de socialização da reprodução social, resultado do intenso processo de urbanização desigual, injusto e insustentável. Nela, ainda segundo Lefebvre (2001), há o contraste do belo e do feio, onde a beleza geralmente se concentra no centro da cidade que condensa bens e serviços, e o feio sem infraestrutura reservado à periferia. Na sua obra “O Direito à Cidade” Lefebvre (2001) define, ainda, as cidades como “centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras” (LEFEBVRE, 2001, p. 4).

A cidade, como tal, faz parte dessas condições históricas, implicadas no capitalismo. Ela resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela). [...] Na cidade, o mundo da mercadoria, abstrato em si mesmo (porque constituído de relações desprendidas do uso), encontra a natureza, simula-a, pode passar por natural, faz passar sua encarnação material por natural. As exigências do capital e as necessidades da burguesia são tomadas, ao mesmo tempo, por naturais e sociais [...]. Moldadas pela história no quadro urbano, as necessidades aí se impõem. (LEFEBVRE, 1999, p. 140-141).

Lefebvre (2001) argumenta que para garantir os direitos da minoria insurgente, a solução dada foi à expulsão “[...] do centro da urbano e da própria cidade, o proletariado, destruindo a ‘urbanidade’”. A cidade moderna, segundo ele, já não possui mais a característica de ser o espaço de integração e convivência social dos diferentes, mas sim espaço de exploração. Nas palavras de Lefebvre (2001, p. 63).

A cidade moderna intensifica, organizando-a, a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isto quer dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção) (LEFEBVRE, 2001, p. 63).

Lefebvre (2001) aponta que para expor a base da “problemática urbana”, impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Segundo o autor, “quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo

concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a cidade já tem uma poderosa realidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 4).

Como resultado da consolidação da indústria no urbano, há uma tendência necessária e constante para a reprodução do sistema capitalista que é o fenômeno da expulsão da classe trabalhadora para lugares afastados dos centros urbanos e ao mesmo tempo a garantia da sua disposição, posto que os trabalhadores são os autores das riquezas produzidas, ou seja, “a concentração da população acompanha a dos meios de produção” (LEFEBVRE, 2001, p. 15).

Numa palavra:

A cidade contém a população exigida pelo aparelho produtivo e “o exército de reserva” que a burguesia reclama para pesar sobre os salários tanto como para dispor de uma “rotatividade” de mão-de-obra. Mercado das mercadorias e do dinheiro (dos capitais), a cidade torna-se também o mercado de trabalho (mão-de-obra). Desde que o regime capitalista se apossou da agricultura, a demanda de trabalho ali diminuiu, à medida que o capital se acumula. [...] A superpopulação latente, no campo como na cidade, é um dos fenômenos característicos do capitalismo. No campo, essa população excedente é liberada pelos progressos técnicos e investimentos do capital na produção agrícola; na cidade, é deixada flutuante, segundo as necessidades da indústria, detida pelos capitalistas e gerida segundo suas exigências. (LEFEBVRE, 1999, p. 144).

É baseando-se nessa realidade que Lefebvre lança em (1999) o livro “A Revolução Urbana”, que é tratada pelo autor como o “período no qual a problemática urbana passara ao primeiro plano”. (LEFEBVRE, 1999, p. 19). As contribuições de Lefebvre (1999) mediante a publicação dessa obra, que interpreta o urbano pela perspectiva crítica, é baseada nos autores clássicos anteriormente trabalhados Marx e Engels por intermédio de todas as suas obras as quais proporcionaram um salto considerável do ponto de vista da elaboração das mediações necessárias para interpretar as mudanças ocorridas com o processo de industrialização e consolidação da burguesia no espaço urbano, ou seja, o surgimento e agravamento da inerente problemática urbana:

Atualmente, portanto, aprofunda-se um processo induzido que se pode chamar de a “implosão-explosão” da cidade. O fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território nos grandes países industriais. Este território está encerrado num tecido urbano cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as

concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas (LEFEBVRE, 2001, p. 10).

Ao refletir sobre esse processo operado pelo sistema capitalista de submeter à cidade as leis do mercado, Lefebvre (2001) em seu livro “O direito à Cidade” chega a um tal nível de abstração que revela a existência de três períodos ou momentos que garantiram a subsunção da cidade ao total controle do sistema capitalista.

Primeiro período- A indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente, até destruí-la pela prática e pela ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência. Conduzida segundo uma estratégia de classe, a industrialização se comporta como um poder negativo da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial. Segundo período (em parte justaposto ao primeiro) – A urbanização se amplia. A sociedade urbana se generaliza. A realidade urbana, na e por sua própria destruição, faz-se reconhecer como realidade sócio-econômica. Descobre-se que a sociedade inteira corre o risco de decompor se lhe faltarem à cidade e a centralidade: desapareceu um dispositivo essencial para a organização planificada da produção e do consumo. Terceiro período – Reencontra-se ou reinverte-se (não sem sofrer com a sua destruição na prática e no pensamento) a realidade urbana. Tenta-se restituir a centralidade. Teria desaparecido a estratégia de classe? Não se sabe ao certo. Ela se modificou. As centralidades antigas, a decomposição dos centros são por ela substituídas pelo 36 centro de decisão. É assim que nasce ou renasce a reflexão urbanística. (LEFEBVRE, 2001, p. 170).

A história das cidades só pode ser compreendida, a contento, se obedecer ao fluxo dos acontecimentos implementados pelo sistema capitalista. Não é um conjunto de linear de modificações, mas processos interligados que obedecem ao curso do capital e de acordo com os seus interesses imprimem nas cidades suas estratégias para agariar cada vez mais lucros.

1.3 A herança de 2ª geração do neomarxismo francês

Lojkine (1979) resgata a categoria “cooperação” de Marx para elaborar um debate sobre as condições gerais de produção e sobre aglomeração urbana, considerada pela perspectiva crítica a base de sustentação do sistema vigente como discutido a seguir.

Se a cidade capitalista não pode ser definida sem referência aos meios de consumo coletivos e aos meios de circulação material, estes últimos não podem, por sua vez, especificá-la enquanto não determinarmos o vínculo que une os diferentes modos de socialização do consumo e da circulação do espaço. Ora, esta mediação pode ser realizada através do conceito marxista de cooperação, com a condição de não reduzi-lo somente à associação dos trabalhadores em uma unidade de produção, mas sim de fazê-lo um instrumento essencial do desenvolvimento da produção social. Este é, acreditamos, o sentido do texto célebre no qual Marx analisa as relações entre o valor de uso do espaço social e o conceito de cooperação: “A cooperação, declara Marx, permite aumentar o espaço sobre o qual o trabalho se realiza [...] Além disso, tudo se desenvolvendo na escala da produção, ela permite reduzir o espaço onde o processo de trabalho lhe é executado. Este duplo efeito – alavanca poderosa na economia de custos improdutivos – é devido à aglomeração dos trabalhadores, a aproximação das diversas operações, porém conexas, e à concentração dos “meios de produção” (LOJKINE, 1979, p. 34).

Para tanto, fica evidente que o processo de urbanização das cidades é fundamental para assegurar os lucros da acumulação capitalista consolidada mediante o processo de industrialização.

Nesse sentido, Lojkine (1979) contribui para o debate afirmando que as formas de urbanização são formas da divisão social (e territorial) do trabalho. Segundo ele, elas são “o cerne da contradição atual entre as novas exigências do progresso técnico – essencialmente em matéria de formação ampliada das forças produtivas humanas – e as leis de acumulação do capital” (LOJKINE, 1979, p. 16).

Com relação à aglomeração da população urbana, Lojkine (1997) afirma que esse processo “[...] não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista [...]” (LOJKINE, 1997, p.159). O autor ainda enfatiza a utilidade da cidade para a socialização das condições de produção: “[...] não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção – das quais a urbanização [...] é componente essencial.” (LOJKINE, 1997: 159).

Lojkine discute ainda que seriam duas as especificidades da cidade capitalista, a saber, a crescente concentração dos meios de consumo coletivos e uma específica aglomeração do conjunto dos meios de reprodução, tanto do capital

como da força de trabalho, que será determinante no processo de desenvolvimento da economia (LOJKINE, 1997).

Desse modo, na sociedade capitalista pautada na compra e venda de mercadorias, o espaço urbano obedece à lógica mercadológica. Pode se perceber isso na própria necessidade de pagar por moradia, assim como também na discussão sobre o que é o espaço e sua apropriação.

Dessa feita, Lojkine (1979) indica aquilo que vai caracterizar duplamente a cidade capitalista: a) a concentração crescente dos “meios de consumo coletivos” que vão, pouco a pouco, criar um modo de vida, necessidades sociais novas – o que, segundo o autor, se pôde chamar de “civilização urbana”; b) o modo de aglomeração específico do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que vai se tornar uma condição cada vez mais determinante do desenvolvimento econômico (LOJKINE, 1979, p. 18).

Lojkine (1997) coloca o Estado no âmbito de uma concepção materialista e histórica, ou seja, numa perspectiva de correlação de forças. Por outras palavras, “o Estado não é externo à estrutura social, não é uma organização autônoma e da mesma forma, a política a ele atribuída não é constituída de decisões de atores autônomos” (LOJKINE, 1997, p.84).

O Estado capitalista exprime, sempre, além das contradições no interior de seus aparelhos, uma unidade interna própria, que é uma unidade de poder de classe: o da classe ou fração hegemônica, o que significará, no seu funcionamento do sistema estatal, a predominância de certos aparelhos ou ramos sobre outros; e o ramo ou aparelho que domina é, em regra geral, o que constitui a sede do poder de classe ou fração hegemônica (LOJKINE, 1997, p. 140).

É interessante observar que a partir da história que precede e em que se insere um objeto de estudo mais amplo⁵, coloca-se a possibilidade real de compreensão se sua particularidade em determinados momentos históricos.

1.4 Alguns divulgadores dessa perspectiva crítica marxista no Brasil

⁵ O presente artigo faz parte de uma dissertação de tese que teve como objeto estabelecer a relação entre quatro unidades de análise, quais sejam: Neomarxismo Urbano, Política Urbana e “Neodesenvolvimentismo”

No Brasil, constata-se que a questão urbana foi, desde sempre, submetida aos interesses das classes dominantes. Esse processo resultou numa enorme concentração de renda e agravamento das desigualdades sociais em todas as suas dimensões.

Dessa forma, no urbano, a dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas estabelece modos particulares e específicos de apropriação e uso do solo, bem como de expropriação da força de trabalho, formas de organização e gestão e dos recursos naturais, material prima do sistema capitalista em vigor.

Burnett (2012) e Silva (1989) adensam o debate a medida que argumentam que a questão urbana como particularidade da “questão social” é a expressão da desigual da distribuição das atividades humanas na organização socioespacial do processo de produção e reprodução do capital, além de ser uma forma de resistência e de luta de classes sociais que compõem a estrutura social no contexto das cidades. No entanto, essa interpretação crítica só pode ser elaborada mediante o conhecimento sobre o processo de reestruturação produtiva a nível mundial que colocam as cidades dentro da lógica territorial do atual estágio do desenvolvimento capitalista (ICASURIAGA, 1997, p. 24).

Nesse contexto, considera-se que a partir da década de 1970 fica notória a incapacidade do fordismo e keynesianismo de conterem as contradições inerentes ao capitalismo, o que originará uma profunda crise. Essa crise irá repercutir em deficiências fiscais do Estado e é nesse contexto que “a cidade da prosperidade, do progresso e do desenvolvimento começou a ser vista como a cidade do capital” (MONTE-MÒR, 2006), processo esse que se agudizaria nas décadas seguintes, propiciando-se uma progressiva mercantilização das cidades no marco da espoliação urbana.

A análise da realidade urbana no contexto sócio-político da segunda metade do século XXI reflete uma conjuntura de significativa perda e regressão de direitos e de conquistas históricas alcançadas mediante a atuação dos movimentos sociais urbanos. Esse cenário “se alimenta nos irracionalismos econômicos, nas fragmentações culturais, nas opressões políticas de uma crise sistêmica embutida na contradição entre trabalho empobrecido e capital concentrado” (PETRAS, 2012, p.18).

As cidades em condição desordenada e com as expressões da questão social agudizadas são marcadas historicamente e progressivamente pela pobreza do século XXI, a qual representa na atualidade “a mais acabada materialização territorial e espacial das contradições do sistema produtor de mercadorias (BURNETT, 2012, p. 101).

Nesse sentido, a pobreza urbana se trata de um fenômeno global, uma vez que está submetida à lógica da acumulação capitalista que abarca todos os espaços da vida social mundialmente, considerando que se trata não apenas de um sistema econômico mas de uma relação social que encontra na desigualdade e na contradição capital x trabalho a sua supremacia. E é no compasso do seu desenvolvimento que cada vez mais são maiores e exponenciais os ganhos desse sistema irracional, opressor e que nega a própria existência humana.

Diante disso, o produto resultante é uma cidade que surge como um espaço fragmentado e articulado como centro de atração de interesses múltiplos. A busca incessante por melhorias no espaço citadino, por partes dos detentores de poder aquisitivo e a favor do capital, provoca a segregação socioespacial que implica na repulsão e expulsão das camadas sociais economicamente desfavorecidas para as áreas periféricas, que geralmente são impossibilitadas de ter acesso efetivo às políticas públicas e sociais do espaço citadino, agravando assim seu contexto de vulnerabilidade social. Sobre isso discute Ramos (2002):

A segregação sócio-espacial, e seus efeitos na vida das populações atingidas, somente podem ser explicadas a partir do estudo das relações de produção e das estruturas das classes sociais, ou seja: esse fenômeno também chamado de exclusão social, resulta das relações sociais capitalistas, ao produzir um acesso desigual aos meios de produção, circulação e troca de riqueza social (RAMOS, 2002, p. 138).

É nesse debate que as organizações de classe do capital com o interesse de representar os interesses da burguesia se inserem. Essas organizações visam representar suas frações de classe e contribuir para a perpetuação da sua dominação política e econômica. Para tanto, criam uma relação orgânica com o Estado que pode variar de acordo com a correlação de forças internas no bloco

no poder a ser tensionada pelos movimentos dos trabalhadores e as lutas de classes em geral.

Assim sendo, cabe aos representantes das elites à administração da produção e reprodução do capital, assim como também “a capacidade de organizar a sociedade em geral e até mesmo o organismo estatal de modo a criar as condições necessárias à expansão de sua classe” (BIANCHI, 2001, p. 28)

O Estado como parceiro privilegiado da alta burguesia na distribuição de recursos no espaço urbano remete a ideia discutida por Marx e Engels (1988, p. 12.) que o Estado é o “comitê administrativo da burguesia” e fica claro que essa simbiose entre Estado e capital ocorre em todas as esferas da vida social, inclusive na cidade.

Desse modo, é oportuno considerar que embora não exista na teoria marxiana ou em suas obras o objetivo específico de caracterizar o Estado, “[...] a análise marxista do capitalismo seria ininteligível, se Marx não tivesse elaborado, também e necessariamente, uma compreensão dialética do Estado.” (IANNI, 1992, p. 32). Além disso, identifica-se que Marx abarca as dimensões políticas e econômicas do Estado ao compreender o Estado burguês como uma expressão essencial das relações de produção específicas do capitalismo. [...] mostra como o Estado é, em última instância, um órgão da classe dominante (IANNI, 1992, p. 32).

Assim, ao tentar elaborar interpretações sobre o Estado, é imprescindível combater qualquer análise que o remeta à perspectiva da neutralidade, pois este está inserido numa sociedade de classes antagônicas entre si e como tal revela os interesses de quem mais exerce influência na correlação de forças existente nele.

Ianni (1989) também adensa ao debate do Estado como um espaço de correlação de forças ao revelar que ele “assume a configuração que a consciência histórica do grupo ou classe pode elaborar, por isso é que às vezes parece um gigante animado, ao passo que outras vezes neutro” (IANNI, 1989, p. 57).

Os estudiosos marxistas defendem que os princípios das ações do Estado na sociedade capitalista são definidos principalmente em função dos interesses da burguesia. O Estado estaria sempre subordinado ao capital e seria diretamente

um órgão de classe, expressão legal – jurídica e policial – dos interesses de uma classe social particular, a classe dos proprietários privados dos meios de produção ou classe dominante.

Para tanto, é imprescindível a mobilização de setores das classes subalternas para penetrar à ação do Estado no sentido de atender seus interesses, já que a interferência a atuação do Estado na questão urbana tende a beneficiar o capital e seus representantes de classe. Nesse sentido, Icasuriaga (2008, p.187) afirma que:

as intervenções do Estado no urbano são realizadas através de diferentes instrumentos de planificação, de normatização jurídicos, financeiros e de operações reais no espaço da cidade. Todos eles precisam ser analisados principalmente levando-se em consideração os efeitos que acarretam na vida de seus habitantes e ainda diferenciando os impactos que essas intervenções tem sobre as diferentes classes e grupos sociais.

O urbano, nesse sentido, é um espaço produtor de segregação e degradação do homem e da natureza. O surgimento da questão urbana, como expressão da questão social, é proporcional ao desenvolvimento das cidades capitalistas e ao agravamento de suas contradições as quais só podem ser modificadas a contento, pela luta dos movimentos sociais urbanos (MSU's) em busca da emancipação humana.

CONCLUSÃO

Com esse artigo observa-se um esforço de explicar a gênese e atualidade da potência teórica marxista para explicitar a contradição contida no processo de urbanização capitalista sobre o urbano/urbanização como contributo crítico válido para interpretação da questão urbana e da política urbana hoje. Essa revisão literária trouxe evidências de que os fundamentos da crítica marxista são imprescindíveis na tarefa de desconstruir os conceitos relacionados ao urbano colocados pelo pensamento hegemônico. Além do que constatar que a crítica marxista oferece as categorias vitais e situadas no seu processo histórico que levam o pesquisador a romper com a aparência dos fenômenos ligados à “habitação”, “política urbana” etc sem capturar a sua essência vinculada ao modo de produção capitalista. Esse foi o produto desse artigo.

REFERÊNCIAS

- BIANCHI, Álvaro. **Hegemonia em construção**: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais. São Paulo: Xamã, 2001.
- BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BURNETT, Frederico Lago. Tragédia urbana neoliberal: fim da ilusão civilizatória da cidade capitalista? In: COUTINHO, Joana Aparecida; Lopes, Josefa Batista (Orgs.). **Crise do Capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.
- IANNI, Octávio. **Estado e Capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- IANNI, Octávio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992
- IANNI, Octávio. A crise de Paradigmas na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 5, n. 13, jun. 1990.
- ICASURIAGA, G. L. **Perspectivas teóricas sobre a cidade capitalista**. 1997. (Dissertação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- ICASURIAGA, G. Lema. Intervenções urbanas e efeitos sociais: alguns questionamentos à política de regularização fundiária e habitacional. In: GOMES, M.F., FERNANDES, L. L., MAIA, R. **Interloquções urbanas: cenários, enredos e atores**. Rio de Janeiro: Arco-Íris, 2008,
- LEFBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2. ed. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEFBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1969.
- LOJKINE, Jean O papel do Estado na Urbanização Capitalista - da política estatal à política urbana. In: FORTI, Reginaldo (Org.). **Marxismo e Urbanismo Capitalista**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 15-51.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARX, Karl. O Capital. Livro 3. **O processo global de produção capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Frederik. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: COSTA, et al. **Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo sul**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006.

PETRAS, J. Depressão mundial: guerras regionais e o declínio do império dos Estados Unidos. In: COUTINHO, J.A.; LOPES, J.A. (Orgs.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Editor Xamã, 2012.

RAMOS, Maria Helena Rauta (Org.). **Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, Perci Coelho de. Uma crítica ao espaço urbano. **Ser Social**, Brasília n. 17 p. 69- 112. jul./dez. 2005.